



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO GRANDE DO SUL**  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE  
E INFRAESTRUTURA

CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

**ATA DA 234ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA  
TÉCNICA PERMANENTE GESTÃO COMPARTILHADA  
ESTADO/MUNICÍPIOS.**

1 Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, realizou-se a 234ª Reunião Ordinária da Câmara  
2 Técnica Permanente Gestão Compartilhada Estado/Municípios, do Conselho Estadual de Meio Ambiente,  
3 através de videoconferência, com início às 14h e com a presença dos seguintes Representantes: Sr.  
4 Alessandro de Ávila Noal, representante do Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH); Sr. Jorge Augusto Filho,  
5 representante da Fepam; Sra. Marion Luiza Heinirch, representante da Famurs; Sr. Guilherme Lahm Feron,  
6 representante do Corpo Técnico da Sema/Fepam; Sr. Ivo Lessa Silveira Filho, representante da Sema; Sr.  
7 Marcelo Camardelli Rosa, representante da Farsul; Sr. Tiago Neto Pereira, representante da Fiergs; Sra.  
8 Lidiane Radtke, representante da SOP; Sra. Cláudia Othoran de Lemos, representante da Sindiágua e Sra.  
9 Márcia Eidt, representante da Sergs. Participaram também: Sra. Vanessa Isabel/Fepam e Sr. Lucas Roncarti  
10 Gomes/Sema. Constatando a existência de quórum, o Sr. Presidente, deu início a reunião às 14h08min.  
11 Marcelo Camardelli Rosa/Farsul–Presidente Solicita a inversão das pautas 2 e 3, visando agilizar o  
12 encaminhamento, ficando da seguinte forma: 1. Aprovação das Atas 232ª e 233ª Reunião Ordinária e da Ata  
13 89ª Extraordinária. 2. Res. 314/2016 – Solicitação FAMURS. 3. Adequações e propostas de alterações da Res.  
14 372/2018. 4. Assuntos Gerais. Não havendo manifestações contrárias é dado início a reunião. **Passou-se ao**  
15 **1º item de pauta: Aprovação das Atas 232ª e 233ª Reunião Ordinária e da Ata 89ª Extraordinária:** Marcelo  
16 Camardelli Rosa/Farsul–Presidente: Coloca em apreciação a ata 89ª Extraordinária. 1 ABSTENÇÃO.  
17 **APROVADO POR MAIORIA.** Passou-se a apreciação da ata 232ª. 2 ABSTENÇÕES, **APROVADO POR**  
18 **MAIORIA.** Passou-se a apreciação da ata 233ª. 1 ABSTENÇÃO. **APROVADO POR MAIORIA.** **Passou-se ao**  
19 **2º item de pauta: Res. 314/2016 – Solicitação FAMURS:** Marcelo Camardelli Rosa/Farsul–Presidente: inicia  
20 a pauta passando a palavra de imediato a Marion Luiza Heinirch/Famurs: Começa a apresentação das  
21 demandas informando ser uma alteração da resolução 314/2016, que elenca as atividades consideradas de  
22 baixo impacto ambiental. Em razão das estiagens é informado ser recebido diversas solicitações para que  
23 constasse na lista de atividades a reservação de água. É citado que atualmente no código florestal são  
24 permitidas as atividades de aquicultura desde que seja seguindo uma série de critérios, esclarecendo a ideia de  
25 trabalhar nesta linha. Cita também haver uma solicitação da Associação dos municípios da região de  
26 regularizar algumas casas que existem nas margens do rio Uruguai, em razão disso foi feita uma reunião com o  
27 presidente Renato Chagas da Fepam e os demais 10 Prefeitos onde se comprometeram em trabalharem juntos  
28 a fim da regularização da situação citada. Solicita de imediato a criação de um grupo de trabalho para tratar do  
29 respectivo assunto. Marcelo Camardelli Rosa/Farsul–Presidente incita a criação do grupo de trabalho com  
30 participação da Famurs; Fepam; Sema; e SOP. Deixando aberta a indicação de membros aos representantes  
31 da Sema e Fepam. **APROVADO POR UNANIMIDADE.** **Passou-se ao 3º item de pauta: Adequações e**  
32 **propostas de alterações da Res. 372/2018:** Sr. Marcelo Camardelli Rosa/Farsul–Presidente dá início a pauta  
33 passando a palavra à Marion Luiza Heinirch/Famurs: Inicia-se a apresentação do pedido que solicita a  
34 ampliação da competência municipal para o licenciamento ambiental de todas as atividades de irrigação, de  
35 porte mínimo para o porte pequeno. Informa também que algumas atividades são de baixo impacto ambiental.  
36 Devido a grande fila de demandas e itens para serem deliberados também é solicitado prioridade ao pedido. É  
37 citada também a discussão precoce sobre a pauta em outros fóruns de debates como medida de auxílio aos

38 produtores rurais que vieram a sofrer nas últimas estiagens. Marcelo Camardelli Rosa/Farsul–Presidente: dá  
39 seguimento ao debate defendendo a pauta enfatizando os fatos citados e não citados no pedido. Alessandro de  
40 Ávila Noal/CBH: pede que seja estudada uma maneira de repassar aos municípios uma análise de pedidos de  
41 outorga, devido a grande demanda do DRH e a demora na emissão das outorgas, assim como nas licenças  
42 ambientais da Fepam, citando também relatos de demora nas vistorias da Fepam de até 8 meses, sendo que o  
43 mesmo tem um prazo de até 120 dias para se manifestar. Vanessa Isabel/Fepam: solicita que seja feito um  
44 levantamento e uma avaliação para melhor avaliação da pauta junto dos demais. Tiago Neto Pereira/Fiergs:  
45 enfatiza a importância da discussão, comentando os impactos estabelecidos nas estiagens e na agroindústria.  
46 Confirma a participação da Fiergs com o grupo de trabalho estabelecido para a pauta, cita também a  
47 importância do envolvimento da agenda local para a estratégia de reservação. Jorge Augusto Filho/Fepam:  
48 apoia a ideia de que seja feito uma avaliação mais elaborada para discussão da pauta, enfatizando a  
49 importância do mesmo. Marcelo Camardelli Rosa/Farsul–Presidente: pede aos participantes Jorge Augusto  
50 Filho/Fepam e Vanessa Isabel/Fepam que seja levada á uma discussão interna a ideia de um levantamento  
51 mais elaborado sobre o assunto. Avançando então para a discussão sobre a criação de novo CODRAM para  
52 hangares, solicitado pela Fepam. Marcelo Camardelli Rosa/Farsul–Presidente coloca em discussão uma dúvida  
53 sobre haver ou não uma sugestão de competência para o licenciamento, pois não constava na solicitação,  
54 onde a Vanessa Fepam diz informar assim que possível. Avançando então a discussão sobre o  
55 encaminhamento das correlatas. Vanessa inicia a apresentação da proposta explicando que ao invés de deixar  
56 tudo em uma única frase foi elaborado um conjunto de condições necessárias para as atividades correlatas.  
57 Após, é citado um problema onde muitas vezes há uma confusão sobre o que vem a ser ou não uma atividade  
58 correlata, é dito que apesar de não serem correlatas, fazem parte do empreendimento, citando que no §2º, é  
59 dito que o licenciamento ambiental deve considerar todas as atividades do empreendimento, trazendo também  
60 a proposição de trazer a definição do que é o empreendimento, finalizando a apresentação. Marion Luiza  
61 Heinirch/Famurs propõe o adiamento da aprovação para a próxima reunião, com consentimento do Marcelo  
62 Camardelli Rosa/Farsul–Presidente. Assim é decidido, passando então para a discussão sobre a exclusão do  
63 CODRAM 3419,20 e a complementação de glossário para os CODRAMs 3430,20 e 3430,10; Manifestaram-se  
64 com a opinião de adiamento para a próxima reunião os seguintes representantes: Vanessa Isabel/Fepam e  
65 Marion Luiza Heinirch/Famurs, assim é feito. Iniciando então a discussão sobre a remoção da palavra  
66 “desmembramento” do CODRAM 3414,80 a fins de evitar confusões com a interpretação da palavra,  
67 **APROVADO POR UNANIMIDADE.** Marcelo Camardelli Rosa/Farsul-Presidente: retoma a discussão sobre a  
68 criação do novo CODRAM para hangares, com a ausência do esclarecimento sobre o pedido fica decidido o  
69 adiamento para a próxima reunião. **Passou-se ao 4º item de pauta: Assuntos Gerais:** . Ivo Lessa Silveira  
70 Filho/Sema: convida a todos para apresentação do relatório anual sobre a situação dos recursos hídricos do  
71 estado do Rio Grande do Sul, no dia 29 de abril, as 14 horas. Não havendo mais nada a ser tratado, encerrou-  
72 se a reunião às 16h02min.

Proposta Trabalhada:

Art. 3o. O empreendimento que abranja mais de uma atividade correlata será objeto de um único licenciamento, no órgão competente pela atividade de maior potencial poluidor, à exceção das atividades em empreendimentos que não sejam da mesma pessoa física ou jurídica. (Redação dada pela Resolução 377/2018)

§ 1º. Atividades correlatas são aquelas que por sua natureza mantêm relação entre si no processo produtivo ou na prestação de serviços necessitando estar na mesma área física. (Redação dada pela Resolução 377/2018)

**Sugestão de alteração: § 1º** - Atividades correlatas são aquelas que por sua natureza mantêm interdependência entre si no processo produtivo ou na prestação de serviços desde de que atendida as seguintes conjunto das seguintes condições:

I – ser ~~praticada~~ (desenvolvida) pelo mesmo empreendedor;

II – estarem enquadradas como potencialmente poluidoras e passíveis de licenciamento ambiental;

III - estar na mesma área física ou adjacente , exceto nos casos em que atividade já está descrita no código de ramo;

IV- estar inserida na mesma cadeia produtiva, ~~exceto~~ nos casos em que a produção de uma atividade é exclusiva para abastecimento da outra, ou ter relação de dependência entre as atividades, onde a inexistência de um gere a desativação do outra;

§ 2o. O licenciamento ambiental deverá considerar todas as atividades do empreendimento. (Redação dada pela Resolução 377/2018).

**§ 2 Para definição do porte do empreendimento deverão ser somados os portes, quando possuírem a mesma unidade de medida, áreas úteis de todas as atividades do empreendimento para definição do porte, sendo considerado para o enquadramento o ramo de maior potencial poluidor.**

§ 3º. Caso todas as atividades do empreendimento tenham um mesmo potencial poluidor, porém competências originárias de licenciamento distintas, caberá ao órgão ambiental estadual o licenciamento do empreendimento. (Redação dada pela Resolução 377/2018)

§ 4o. Os conflitos em relação a existência ou não de correlação entre as diferentes atividades em um mesmo empreendimento deverão ser encaminhadas diretamente à Câmara Técnica Permanente de Gestão Compartilhada Estado/Municípios do

CONSEMA-RS, que consolidará seu entendimento em ata. (Redação dada pela Resolução 377/2018)

Sugestão de inclusão Artigo xx: Não serão consideradas atividades correlatas aquelas que fazem parte do empreendimento

**Sugestão, incluir definição de Empreendimento:** atividade ou conjunto de atividades desenvolvidas em uma determinada área pelo empreendedor, incluindo o conjunto de infraestruturas necessárias para o seu funcionamento.

## ExpressoLivre - ExpressoMail

---

Enviado por: "Marion Luiza Heinrich" <marion@famurs.com.br>

De: marion@famurs.com.br

Para: "consema" <consema@sema.rs.gov.br>

Data: 28/03/2022 12:04

Assunto: FAMJRS - Pedido de inclusão de item na pauta da próxima plenária do Consema - envio de propostas à CTPGEM

Anexos: 0464- 22 - PROPOSTAS À CÂMARA TÉCNICA PERMANENTE DE GESTÃO COMPARTILHADA ESTADO-MUNICÍPIOS - PRES. CONSEMA.pdf (104 KB)

---

Prezada Secretária Executiva, bom dia!

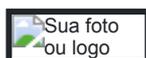
A Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), ao cumprimentá-la cordialmente, envia em anexo o Ofício 0464/2022 para ser incluído na pauta da próxima reunião da plenária do Consema.

Trata-se de pedido de encaminhamento de propostas à Câmara Técnica Permanente de Gestão Compartilhada Estado/Municípios para deliberação.

Você pode confirmar o recebimento deste e-mail, por gentileza?

Estamos à disposição para as informações necessárias.

Atenciosamente,



**Marion Heinrich**

**Assessora Técnica de Meio Ambiente**

Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul - Famurs

(51) 3230.3100 Ramal 293

Rua Marcílio Dias, 574 - Porto Alegre/RS

[www.famurs.com.br](http://www.famurs.com.br)

OF. GF. Nº 0464/2022

Porto Alegre, 28 de março de 2022.

Senhor Presidente.

A Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), ao cumprimentá-lo cordialmente, nos termos do artigo 6º da Lei Estadual 10.330/1994 e da Resolução Consema 305/2015, solicita o encaminhamento de propostas à Câmara Técnica Permanente de Gestão Compartilhada Estado/Municípios para deliberação.

É de conhecimento de todos que o Estado do Rio Grande do Sul vem sofrendo com a seca, que tem se intensificando ao longo dos anos e ocasionado a falta de água em reservatórios para geração de energia, abastecimento da população e manutenção das atividades agrícolas. De acordo com informações da Defesa Civil Estadual, 85,5% dos municípios gaúchos decretaram situação de emergência. Em relação à produção primária, dados da FECOAGRO estimam que os prejuízos chegarão a um valor total aproximado de cinquenta bilhões de reais.

Considerando que reservar água acaba sendo uma das medidas essenciais para sanar os efeitos da estiagem e que inexistem em muitos casos alternativas técnicas locais, diante da possibilidade que nos é conferida pelo artigo 3º, inc. X, alínea “k” da Lei Federal 12.651/2012, pedimos que seja incluída na lista de atividades consideradas de baixo impacto ambiental da Resolução Consema 314/2016 os reservatórios de água (açudes). Os limites, como o tamanho da lâmina d`água, de um a dois hectares, e a não descaracterização da vegetação nativa existente, poderão ser discutidos no âmbito da Câmara Técnica pertinente.

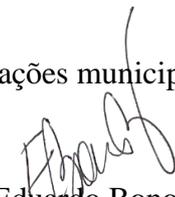
Nesse contexto, cabe salientar que a própria Lei Federal citada acima autoriza, atendidos alguns critérios, que nos imóveis rurais com até 15 (quinze) módulos fiscais seja admitida em áreas de preservação permanente a prática da aquicultura e a infraestrutura física diretamente a ela associada.

A Sua Excelência o Senhor  
Luiz Henrique Viana  
Presidente do Consema  
Porto Alegre – RS.

Ainda, aproveitamos a oportunidade para solicitar que também seja discutida na CTPGEM a inclusão de casas de veraneio na relação de atividades que constam na Resolução Consema 314/2016, com condicionantes preestabelecidas, visto que geram menos impactos que outras infraestruturas passíveis de licenciamento ambiental em APPs.

Sendo o que tínhamos para o momento, reiteramos nossos votos de estima e consideração.

Saudações municipalistas,



Eduardo Bonotto  
Presidente da Famurs

## Reunião 28.04.22

### **Programa Mais Água Mais Renda**

18.11.21 Coordenador Cristiano apresentou relatório do GT.

16.12.21 Elaborar ofício resposta a CONSEMA com base no relatório do GT. Apreciação na próxima reunião da CTP.

20.01.22 Não debatido

24.02 Não debatido

### **E-mail SEMAPE – Dúvidas sobre isenção MEI e 372**

21.10.21 Relato coordenação. Próxima reunião do GT dia 28.10.21

18.11.21 Jorge relatou

16.12.21 Relato Marion

20.01.22 Relato

24.02.22 Não debatido

### **Ofício Município ERECHIM – Dúvidas sobre atividades baixo impacto e 372. Lei da Liberdade Econômica.**

21.10.21 Relato

18.11.21 Relato Jorge

16.12.21 Relato Marion

20.01.22 Relato

24.02.22 Não debatido

**FAMURS 26.11** - Falta de dispositivo, na Resolução 372/2018, que trate da soma das áreas no caso de correlatas.

21.10.21 Relato

18.11.21 Relato Vanessa FEPAM

16.12.21 Relato Vanessa

## Reunião 28.04.22

20.01.22 Relato

24.02.22 Relato Marion

*Art. 3o. O empreendimento que abranja mais de uma atividade correlata será objeto de um único licenciamento, no órgão competente pela atividade de maior potencial poluidor, à exceção das atividades em empreendimentos que não sejam da mesma pessoa física ou jurídica. (Redação dada pela Resolução 377/2018)*

*§ 1º. Atividades correlatas são aquelas que por sua natureza mantêm relação entre si no processo produtivo ou na prestação de serviços necessitando estar na mesma área física. (Redação dada pela Resolução 377/2018)*

*§ 1º. Atividades correlatas são aquelas que por sua natureza mantêm **interrelação e interdependência** entre si na operação ou instalação do empreendimento, estando na mesma área do empreendimento ou ligada fisicamente a este.*

*§ 2o. O licenciamento ambiental deverá considerar todas as atividades do empreendimento. (Redação dada pela Resolução 377/2018)*

*§ 2º. O licenciamento ambiental deverá considerar o somatório das áreas úteis de todas as atividades do empreendimento para definição do porte, devendo ser considerado para o enquadramento o ramo de maior potencial poluidor.*

*§ 3º. Caso todas as atividades do empreendimento tenham um mesmo potencial poluidor, porém competências originárias de licenciamento distintas, caberá ao órgão ambiental estadual o licenciamento do empreendimento. (Redação dada pela Resolução 377/2018)*

*§ 4o. Os conflitos em relação a existência ou não de correlação entre as diferentes atividades em um mesmo empreendimento deverão ser encaminhadas diretamente à Câmara Técnica Permanente de Gestão Compartilhada Estado/Municípios do CONSEMA-RS, que consolidará seu entendimento em ata. (Redação dada pela Resolução 377/2018)*

**FAMURS 26.11** - Licenciamento de ETEs de loteamentos licenciados pela Fepam (mais de 15 anos).

15.04.21 Verificar com a Clarice proposta FEPAM (Fabiani irá verificar)

20.05.21 FAMURS e FEPAM irão se reunir e propor encaminhamento.

09.06.21 FAMURS e FEPAM solicitam aguardar em razão do PL 3729/2004.

24.02 Relato Marion, falta de consenso

**CONSEMA 29.01.21** – PROJETO BGL

21.10.21 Oficiar empresa e presidente do CONSEMA

18.11.21 Não debatido

16.12.21 Aguardar ofício elaborado pela SEMA (Liana)

20.01.22 Relato

## Reunião 28.04.22

24.02.22 Relato Liana

### SANTA VITÓRIA DO PALMAR 04.02.21 – Lei de Liberdade Econômica

19.08.21 Responder ao demandante. Aguardar resultado do GT.

11.08.21 Aguardar resultado do GT

### FEPAM 02.03.21 – CODRAM 4750,52 POSTO DE ABASTECIMENTO PRÓPRIO COM TANQUES ÁEREOS (DEPÓSITO DE COMBUSTÍVEIS)

Acho que é necessário revisar este codram pois abastecimento próprio vai estar ligado a alguma atividade licenciável, como estacionamento de frotista, marina, aeroporto, etc, e assim sendo este é licenciado como correlato, desta forma ou ele deve ser excluído ou deve ser informado em glossário que seu licenciamento em separado só vai ocorrer quando a atividade a qual está ligado é não licenciável.

31.08.21 Não debatido

17.09.21 Aguardar definição GT correlatas.

21.10.21 Aguardar GT Correlatas

24.02.22 Aguardar GT Correlatas

CODRAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA PORTE	POTENCIAL POLUIDOR	NÃO INCIDÊNCIA	PORTE MÍNIMO	PORTE PEQUENO	PORTE MÉDIO	PORTE GRANDE	PORTE EXCEPCIONAL
4750,52	POSTO DE ABASTECIMENTO PRÓPRIO COM TANQUES ÁEREOS (DEPÓSITO DE COMBUSTÍVEIS)	Volume (m³)	Médio	até 15m3	de 15,01 a 45,00	de 45,01 a 90,00	de 90,01 a 135,00	de 135,01 a 180,00	demais

## Reunião 28.04.22

### **FAMURS 21.05.21 - INCLUSÃO DE TEMA NA PAUTA NA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GF. Nº 0317/2021**

Porto Alegre, 21 de maio 2021.

Senhor Presidente.

A Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS, ao cumprimentá-lo cordialmente, vem, através deste, requerer a inclusão de item na pauta da próxima Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente.

A Lei Federal 12.651/2012 instituiu o Programa de Regularização Ambiental – PRA de posses e propriedades rurais, conferindo competência ao Estado para editar normas de caráter específico. Considerando que o referido Programa carece de implementação no Estado o Rio Grande do Sul e que inúmeros produtores aderiram ao mesmo, em razão do prazo concedido, alguns entendimentos divergentes sobre a exigência de recuperação de áreas têm surgido por parte dos órgãos licenciadores e produtores rurais.

Diante disso, no intuito de uniformizarmos os entendimentos e, se necessário, elaborarmos uma Recomendação, solicitamos que esta pauta, que trata de recuperação de áreas em licenciamentos ambientais de atividades realizadas por produtores que solicitaram adesão ao PRA, seja encaminhada à Câmara Técnica Permanente de Gestão Compartilhada Estado/Municípios do Consema.

17.09.21 Não debatido

21.10.21 Criação Grupo de Trabalho (SEMA/FEPAM/FAMURS/CBH/FARSUL/FIERGS)

17.03.22 Agendada reunião do GT 07/04/22 – 10h incluir SOP

### **FEPAM GUIA 372 26.05.21 - Dúvida**

Conforme conversado via telefone, repasso os questionamentos referente a irrigação por captação direta.

Como havia dito, alguns municípios têm orientado/exigido o encaminhamento do licenciamento ambiental, mesmo que essa atividade esteja descrita no ANEXO III da CONSEMA 372/2018 e suas alterações.

No meu caso específico, não restam dúvidas de que trata-se de captação direta. Não há barragem de nível, assim como, não há qualquer estrutura construída que provoque barramento ou algum reservatório para acúmulo de água.

Entretanto, o empreendedor possui uma licença emitida em 2019 (posterior às Resoluções 372 e 379), ou seja, já estavam definidas as orientações para não incidência.

Então, busco com o órgão estadual informações sobre como proceder e, nesse sentido, apresento as perguntas:

- A atividade é ANEXO III da CONSEMA 372/2018. O que no meu entendimento, os municípios não têm "poder" para alterar ou tornar licenciável pelo município. Estou errado? Pode o município com força de lei, tornar mais restritiva do que a resolução da CONSEMA? **Não (Se estiver no anexo III)**

## Reunião 28.04.22

- Contando que o Município não possa alterar e tendo certeza que é uma captação direta, o proprietário pode ficar tranquilo ao não encaminhar o licenciamento, já que está amparado para 372? Óbvio estão em acordo com os demais instrumentos de controle (CAR, OUTORGA, Receituário..) **Solicitar a anulação do ato (Licença emitida)**

- Caso haja uma denúncia para a PATRAM ou órgão municipal, bastaria apresentar a Resolução CONSEMA nº 372 e suas alterações? Quais mais instrumento dá essa garantia? Consema 323?

Quanto aos questionamento, era isso.

Em anexo, coloco a imagem de parte da licença que foi emitida pelo órgão ambiental municipal.

31.08.21 Não debatido

17.09.21 Não debatido

18.11.21 Buscar informações referente CODRAM

24.02.22 Proposta inicial de redação.

17.03.22 Aguardar SEMA / Secretaria executiva verificar ata plenária

1. O consema entende .... § 2º. O anexo III desta Resolução refere os empreendimentos e atividades não incidentes de licenciamento ambiental, uma vez que estão sujeitos a outros atos autorizativos e instrumentos de controle.

2. (art. 4 e 10) § 1o. O município, em função de suas peculiaridades locais, poderá exigir licenciamento ambiental municipal, através de Resolução do Conselho Municipal de Meio Ambiente ou norma específica, para os empreendimentos e atividades constantes como não incidentes de licenciamento no anexo I desta Resolução.

3. Orientar o empreendedor a buscar orientação junto ao órgão ambiental municipal sobre a possibilidade de solicitar o encerramento da licença.

### **Demanda Ministério Público 27.05.21 – PROA 21/0500-0000776-6**

15.07.21 Criação GT SEMA/FEPAM/FAMURS/FARSUL

17.09.21 Relato

21.10.21 Agendamento de reunião do GT com os municípios envolvidos

16.12.21 Relato Coordenador GT

### **NOVA PETRÓPOLIS 08.06.21 – Dúvida**

Pemu Id: 381

Tipo Documento: 110 LICENÇA DE INSTALAÇÃO

Ramo Atividade: 3414,4 PARCELAMENTO DO SOLO PARA FINS RESIDENCIAIS E MISTOS (INCLUÍDOS EQUIPAMENTOS, INFRAESTRUTURA TRATAMENTO DE ESGOTO/ETE)

## Reunião 28.04.22

Pergunta: Na aprovação de loteamentos com supressão de vegetação em estágio médio, é possível cobrar do loteador/empreendedor que a compensação de área equivalente seja referente aos arruamentos e também sobre a vegetação incidente nos lotes (que não será autorizada a supressão na LI). Assim o loteador já faria a compensação das áreas dos lotes, para no futuro qdo no proprietário do lote quiser construir ficar apenas onerado com o licenciamento do corte. Existe uma legislação de Minas, a Instrução de Serviço Sisema 02/2017, que autoriza dessa forma: A compensação será cumprida integralmente pelo loteador, que deverá apresentar proposta de compensação, já no momento do licenciamento do loteamento, considerando o potencial máximo de supressão das áreas comuns e dos lotes individuais. Acrescenta-se que é desejável que haja a maior conectividade possível entre a área a ser preservada e a área de compensação, visando o maior ganho ambiental. Destaca-se que ambas as áreas (de compensação e de preservação) devem ser averbadas na forma de servidão ambiental perpétua. Neste caso, deverá ser estabelecida a seguinte condicionante no licenciamento ambiental: ¿Averbar nas certidões de registro de imóveis dos lotes a serem transmitidas aos proprietários, a informação de que as áreas de compensação e de preservação, exigidas respectivamente pelos Artigos 17 e 31 da Lei Federal nº 11.428/2006, foram averbadas na(s) matrícula(s) nº XXXX, pertencentes ao loteamento.¿ B) Lotes individuais inseridos em loteamentos licenciados, com área preservada e compensação (art. 31 e 17, respectivamente, da Lei Federal 11.428, de 22 de dezembro de 2006) cumprida pelo loteador Desde que o proprietário do lote individual comprove a existência da área preservada e cumprimento da compensação do loteamento como um todo (incluindo a área do lote) pelo loteador/empreendedor, este estará isento do cumprimento de compensação para fins de supressão de vegetação nativa do lote individual. É possível o município criar através do conselho de meio ambiente uma resolução nesse sentido?

Resposta:

Município: 4313201 NOVA PETROPOLIS

31.08.21 Não debatido

17.09.21 Não debatido

21.10.21 Não debatido

24.02.22 Aguardar Giovana

17.03.22 Solicitar à Clarice resposta FEPAM

### 02.08.21 FAMURS – Manifestação em relação às atualizações da 372

*De antemão, uma questão que tem incomodado não só a nós, mas outros técnicos de município, são as sucessivas alterações na Resolução 372.*

*São 497 municípios, alguns com alguma legislação própria complementar, todos com sistemas informatizados, os quais incluem também as medidas de porte e potencial poluidor para cálculo das taxas, programas/sistemas também associados a outros instrumentos como a emissão de Alvarás de Funcionamento, documentos associados às secretarias da Fazenda, etc., além de uma rotina de processos de licenciamento.*

*Assim, além de algum atraso no que tange à constante atualização por parte dos municípios em relação ao que ocorre no CONSEMA, uma única alteração já pode acarretar consequências em vários outros instrumentos.*

## Reunião 28.04.22

*Não é razoável, portanto, que toda hora apareça uma alteração nem algum CODRAM, supressão da atividade, mudança no critério de porte licenciado pelo município ou de isenção, ou mesmo isenção da atividade em geral, etc.*

*Nesse sentido, eu sugeriria que as alterações pudessem continuar sendo avaliadas e votadas pelos conselheiros continuamente, mas que isso ficasse em registrado em ata, sem uma imediata resolução alterando a 372. Penso que deveria haver uma data-base para a Revisão da Resolução 372, de 4 em 4 anos, de 2 em 2 anos, ou ainda que fosse anual, mas não várias alterações no ano, toda a hora.*

*Se quiseres, eu posso formalizar a solicitação através de ofício, mas a argumentação seria essa.*

31.08.21 Início debate

17.09.21 Não debatido

21.10.21 Não debatido

20.01.22 Não debatido

24.02.22 Elaborar redação para resposta ao município

### **Demanda FEPAM CONSEMA 12.08.21 – Alteração texto 372 –**

Prezados,

Encaminho a solicitação abaixo, juntamente com as considerações pra tal, com vistas a encaminhamento ao CONSEMA- Câmara Técnica de Gestão Compartilhada, para análise. Considerando a Lei Federal no 12651/2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, na qual em seu artigo 26 remete a competência para as autorizações de supressão de vegetação nativa ao órgão Estadual.

Considerando que o Estado não realiza convênios com os municípios para gestão da flora nativa localizada no Bioma Pampa.

Considerando que hoje o Decreto Estadual no 52.431/2015, que determina algumas regras para o Bioma Pampa está judicializado, conforme processo judicial no nº 1.15.0122787-5 e parte dele está sob efeito de decisão liminar, a qual se descumprida acarreta em multas. Considerando que para autorizar supressão de vegetação nativa se faz necessária uma avaliação minuciosa do CAR, tal seja, se realiza análise do CAR considerando a legislação vigente e com solicitação das retificações necessárias e hoje os municípios não tem acesso ao SICAR RS para efetuar a análise. Quando das discussões na Câmara Técnica e no CONSEMA sobre o tema, se vislumbrava que os maiores empreendimentos licenciados via impacto local seriam os de irrigação, principalmente por aspersão, onde a medida porte que cabe ao ente municipal licenciar é de no máximo 10 hectares. Todavia, não se atentou para o fato de o sistema de irrigação poder atingir 300, 500 ou até mesmo 1000 hectares (áreas irrigadas). Logo, considerando os motivos acima, entendemos demasiado um município autorizar supressão de vegetação nativa em 500 hectares ou mais, sem as ferramentas para tal. Por fim, entendemos que o determinado no § 3o do art. 5o da Resolução Consema no 372/2018 é inconstitucional, pois não tem base legal para tal, além disso, conforme o descrito pode acarretar em insegurança jurídica para os empreendedores e prejuízos ambientais, portanto, solicitamos que o mesmo seja revisado e que seja excluído o termo “inclusive em zona rural”, alterando para:

## Reunião 28.04.22

“§ 3o. Nas demais áreas, em que não incidente o regramento do § 1o., o órgão licenciador é competente para autorizar a supressão de vegetação nativa, em zona urbana, mesmo quando associada ao empreendimento ou atividades em licenciamento.

31.08.21 Criação Grupo de Trabalho (SEMA/FEPAM/FIERGS/FAMURS/FETAG)

16.12.21 Relato Giovana

24.02.22 Relato Giovana

### **FEPAM 13.08.21** – PROA 21/0500-0001362-6 PRADs

"O CONSEMA através da Resolução 372/2018, estabeleceu que a atividade sob CODRAM 10580,20 - Recuperação de Áreas Degradadas em Zona Urbana, é integralmente licenciada pelos municípios por ter sido enquadrada como de impacto local, e de acordo com o parecer do Agente Setorial da SEMA Procurador do Estado, Juliano Heinen, poderão haver casos em que este tipo de licenciamento deva ser feito pelo estado. Face ao exposto, bem como aos demais documentos constantes neste PROA, solicito que este seja encaminhado ao CONSEMA, para que o assunto seja avaliado em suas câmaras técnicas de Gestão Compartilhada e de Assuntos Jurídicos. No caso do CONSEMA ter o mesmo entendimento, solicito que seja feita a alteração necessária na Resolução CONSEMA 372/2018, CODRAM 10580,20 - Recuperação de Áreas Degradadas em Zona Urbana no que se refere a competência de licenciamento.

31.08.21 Não debatido

17.09.21 Não debatido

21.10.21 Não debatido

20.01.22 Não debatido

17.03.22 Criação GT (SEMA/FEPAM/FAMURS/FIERGS/FARSUL) Agendada 1º reunião 18/04/22 – 10h

### **17.08.21 FEPAM/DILCA** – Dúvida irrigação

*Estou iniciando um licenciamento de irrigação por aspersão com uso de barragem no município de Passo do Sobrado, nesta propriedade além da irrigação tem a atividade de Recebimento, secagem e armazenagem de grãos que está licenciada pelo município.*

*Minha dúvida é se faço o licenciamento junto com a irrigação ou renovo a licença pelo município? Estou com dúvida se as atividades se enquadram como atividades correlatas. **As atividades não são correlatas. São independentes. Licenças separadas.***

*Outro detalhe é que a propriedade está localizada em dois municípios, parte da areá esta em Rio Pardo e parte em Passo do Sobrado. **(considerar o empreendimento)***

31.08.21 Não debatido

## Reunião 28.04.22

17.09.21 Não debatido

21.10.21 Não debatido

20.01.22 Não debatido

17.03.22 Redigir ofício resposta

**Porto Alegre 14.09.21 – Dúvida Guia 372 - 4720,1 ATRACADOURO/ PÍER/ TRAPICHE / ANCORADOURO**

Pergunta: Considerando a definição dada pelo glossário da Resolução CONSEMA 372 - "Estrutura para ancoragem de embarcações, destinadas ao lazer, esporte e pesca artesanal.", e o grande número de atividades presentes na região das Ilhas do Delta do Jacuí, questionamos se a necessidade de licenciamento é aplicada tanto para uso residencial como comercial. Da mesma forma, questionamos quanto à necessidade de licenciamento para reformas de estruturas já existentes, mas sem ampliação.

19.10.21 Não debatido

20.01.22 Não debatido

24.02.22 Aguardar

17.03.22 Verificar com FEPAM encaminhamentos

### **30.09.21 – GERCEN FEPAM – Empreendimentos 372**

Encaminho a Presente demanda para Secretaria Executiva do CONSEMA (cópia para direção da FEPAM para conhecimento)

Assim que a Resolução 372/2018 foi publicada envie uma série de mensagens onde aponte erros (duplicidade de Ramos de Atividades por exemplo) e dúvidas.

Uma delas, que segue até hoje (inda não respondida) é referente ao uso de palavra EMPREENDIMENTOS em diversos momentos.

Entendo, SMJ, que a Resolução 372/2018, já atualizada 18 vezes, dispõe sobre ATIVIDADES licenciáveis e não empreendimentos.

A expressão "CODRAM" (sem deficiência no texto) se refere (iu) em Código de Ramos de ATIVIDADES e não de empreendimentos.

As tabelas/anexos I, II e III listam ATIVIDADES, nenhum empreendimento.

Empreendimento, SMJ, é diferente de uma Atividade, basta ver as Licenças Ambientais da FEPAM, são descrições diferentes.

Uma atividade é uma PARTE de um empreendimento, a 372 regr Atividades que se licenciadas poderão ser empreendimentos (se cumpirdas todas/outras exigências solicitadas pelo SOL e outros órgãos, bombeiros e prfeituradas por exemplo).

## Reunião 28.04.22

Solicito que me seja esclarecido o porquê se cita diversas vezes (68) a palavra Empreendimento na Resolução. A palavra atividades é citada somente 60 vezes e em todos anexos se descreve ATIVIDADES.

Os órgãos ambientais (FEPAM e prefeituras) é que dispõem sobre Empreendimentos ao listar exigências de documentos e procedimentos internos.

### 07.10.21 Tapejara – Dúvida Guia 372 Glossário

Ramo Atividade: 8120 CLÍNICAS MÉDICAS / UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO / POSTOS DE SAÚDE / CLÍNICAS ODONTOLÓGICAS

Pergunta: CLÍNICAS MÉDICAS / UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO / POSTOS DE SAÚDE / CLÍNICAS ODONTOLÓGICAS, Estabelecimento de saúde, destinado ao diagnóstico e tratamento de pessoas, utilizando métodos laboratoriais, clínicos, cinesiológico-funcionais, sem internação, porém com procedimentos invasivos. Caso não desenvolvam procedimentos invasivos não atende enquadramento para licenciamento?

17.03.22 Verificar com FEPAM. Não está respondida. Responder via e-mail sec. Executiva.

### 13.10.21 FEPAM – Criação de novo CODRAM

Tendo em vista os novos investimentos na área da aviação e com a implementação do transporte aéreo, sentimos que está faltando um código de ramo específico para os Hangares, pois os mesmos não se enquadram nos codrans 4730,10 ou 4730,30, pois não possuem pista própria, utilizando uma licenciada num destes codrans. Poderia ser enquadrados no 3430,20 por similaridade. Porém entendemos que merecem um código de ramo próprio e sugerimos:

Glossário

Instalações para estacionamento de aeronaves junto a aeroportos ou aeródromos, administrada ou explorada por terceiros, que possuam atividade de manutenção e/ou abastecimento e/ou lavagem de aeronaves.

17.03.22 Verificar com Clarice a competência

CODRAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA PORTE	POTENCIAL POLUIDOR	NÃO INCIDÊNCIA	PORTE MÍNIMO	PORTE PEQUENO	PORTE MÉDIO	PORTE GRANDE	PORTE EXCEPCIONAL
4730,31	HANGAR COM MANUTENÇÃO/ABASTECIMENTO/LAVAGEM DE AERONAVES	Área útil (m <sup>2</sup> )	Médio	-	até 1000	de 1000,01 a 5000,00	5000,01 a 10000,00	10000,01 a 50000,00	demais

## Reunião 28.04.22

**PASSO FUNDO 28.10.21** Dúvidas em relação ao tratamento de efluentes da atividade de Clínica Veterinária.

E-mail em anexo no Drive.

**PORTO ALEGRE 04.11.21** CODRAM: 3430,20 OFICINA MECÂNICA/CHAPEAÇÃO/PINTURA –

E-mail em anexo no Drive.

**MC ECO-SANITÁRIOS 08.11.21** Orientação.

Prezados, bom dia! Conforme orientação da FEPAM, pedimos gentilmente que nos oriente quanto ao pleito em comento à luz da Lei e demais dispositivos deste Conselho. Resumo do questionário não respondido pela FEPAM.

**O questionamento que fazemos junto a FEPAM é relacionado aos grifos.** - A "Base de Operações - CODRAM 4781,80" não deve ser da Empresa licitante? - Este licenciamento não é obrigatório para as Empresas prestadoras de serviços de esgotamento sanitário? - Posso ajustar meus licenciamentos L.U de transporte usando Base de Operações - CODRAM 4751,80 de outra Empresa (CNPJ) ou o Licenciamento deve ser da minha Empresa onde é a Base de Operações? **Melhoramos o questionário para que possamos entender a matéria:** - Qual a necessidade de realizar o licenciamento no CODRAM 4751,80? - Esse licenciamento é para todas as Empresas que prestam serviço de Esgotamento Sanitário (Limpa Fossa)? - As Empresas não são obrigadas a ter sua Base de Operações? Onde ficam os veículos da Empresa (Na rua)? - Como este órgão fiscaliza as Empresas se as mesmas não possuem Base de Operações licenciadas? - Para realizar o Licenciamento de Transporte, a Empresa não tem que apresentar sua base de operações? - Estas medidas não foram criadas para combater as clandestinidades e os descartes irregulares?

E-mail em anexo no Drive.

**22.11.21 – Passo Fundo Esclarecimentos**

Boa tarde, sou técnica de licenciamento ambiental da Secretaria do Meio Ambiente de Passo Fundo. Solicito informações referentes ao CODRAM 3414-40, visto alteração quanto a necessidade de licenciamento ambiental para condomínios, blocos de apartamentos, com mais de uma torre como parcelamento de solo. Ou seja, se forem blocos de apartamento em uma gleba em área urbana, independente do numero de blocos, estariam atualmente isentos de licenciamento ambiental ? Realizamos pesquisa no site da Fepam, mas ainda assim, estamos com interpretações contraditórias entre técnicos, onde na legislação municipal há o entendimento de quando houverem dois blocos de prédios, entra como parcelamento de solo

## Reunião 28.04.22

e deverá ser obra licenciada. Nesse sentido, necessitamos de uma informação esclarecedora para que possamos adotar em nossos procedimentos rotineiros de licenciamento ambiental.

### **24.11.21 – CORSAN – Esclarecimento**

A Corsan está planejando implantar uma central para receber frascos contaminados ou com reativos/reagentes vencidos gerados nas diversas unidades da Companhia. A central seria no município da Canoas numa edificação existente com a realização de ajustes conforme requisitos da NBR ABNT 12235:1992. Considerando a Resolução Consema 372/2018 e suas alterações, não foi localizada nenhuma atividade possível de enquadrar a central da Companhia, sendo que a mais próxima seria:

CODRAM 3121,10 - Triagem e armazenamento de resíduo sólido industrial classe I, cuja competência é da Fepam. Porém, as atividades da Corsan não são industriais, mas sim saneamento – serviços de utilidade pública.

Questiona-se se o referido CODRAM se aplica somente à indústrias e desta forma a referida central não seria passível de licenciamento?

16.12.21 Entendimento deve constar em ata. Demanda enquadra-se no Codram sugerido.

### **06.12.21 Carlos Barbosa**

Mediante as alterações realizadas na Resolução CONSEMA 372/2018, através da 452, viemos solicitar algumas revisões e sugestões para melhor definir e reger algumas atividades que podem ser desempenhadas pelos Municípios que possuem o Convênio Mata Atlântica. Solicitamos brevidade nas respostas visto que podemos deixar de atender algumas solicitações de requerentes.

### **08.12.21 FAMURS – Caxias do Sul – Exclusão do CODRAM 3419,20 e alteração ou inclusão de glossário para os CODRAMs 3430,20 e 3430,10.**

3430,20 - OFICINA MECÂNICA/ CHAPEAÇÃO/PINTURA - Atividades descritas neste CODRAM não incluem a manutenção de veículos e implementos de uso próprio em imóveis rurais. Estão incluídos neste CODRAM os empreendimentos que realizem a manutenção de suas próprias frotas, sendo considerada a área útil total as áreas efetivamente utilizadas para o desenvolvimento da atividade de oficina mecânica e chapeação e pintura somadas a quaisquer áreas onde sejam desenvolvidas atividades licenciáveis.

3430,10 LAVAGEM COMERCIAL DE VEÍCULOS - Estão incluídos neste CODRAM os empreendimentos que realizem a lavagem de suas próprias frotas, sendo considerada a área útil total as áreas efetivamente utilizadas para o desenvolvimento da atividade de lavagem

## Reunião 28.04.22

comercial de veículos somadas a quaisquer áreas onde sejam desenvolvidas atividades licenciáveis.

### 08.12.21 FEPAM – CODRAM 3414,80 ajuste redação

Entendo que este questionamento deve ser encaminhado ao CONSEMA, pois já solicitamos a retirada da palavra desmembramento deste codram, justamente pq a legislação diz que para esse tipo de atividade não precisa de licença, por exemplo, qdo é feito um prédio a criação das matrículas de todos os apartamentos é um desmembramento. Esta palavra tem a mesma definição que a palavra Fracionamento, que está isento (codram 3414,80) porém como está lá na consema os municipios ficam exigindo e cria muita confusão. Então entendo que não é a DISA ou a FEPAM que tem que responder a isso e sim o CONSEMA.

### 14.12.21 Santa Maria – CODRAM 1415,00 – Alteração descrição

Venho por meio deste sugerir a renomeação do CODRAM 1415,00 FABRICAÇÃO E MONTAGEM DE TRATORES E MÁQUINAS DE TERRAPLANAGEM, incluindo os equipamentos agrícolas no geral. A inclusão deixaria mais claro o enquadramento de atividades de fabricação e montagem de máquinas agrícolas, ficando FABRICAÇÃO E MONTAGEM DE TRATORES, MÁQUINAS AGRÍCOLAS E MÁQUINAS DE ESCAVAÇÃO E TERRAPLANAGEM.

### 09.02.22 Novo Hamburgo – CODRAM 1721,10 - Fabricação de artefatos de papel/ papelão/ cartolina/ cartão, com operações molhadas ou secas, com impressão gráfica.

A Diretoria de Licenciamento Ambiental, pertencente à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Novo Hamburgo, identificou que o CODRAM 1721,10 - Fabricação de artefatos de papel/ papelão/ cartolina/ cartão, com operações molhadas ou secas, com impressão gráfica é classificado como "Impacto local" pela Resolução CONSEMA nº 372/2018 somente para os portes mínimo e pequeno.

Gostaríamos de solicitar o auxílio da FAMURS para sugerir que essa atividade fosse novamente avaliada pelo Conselho Estadual de Meio e pudesse ser enquadrada como **Impacto Local para outros portes, tendo em vista que os impactos dessas atividades podem ser equiparados, por exemplo, ao CODRAM 2310,21** - Fabricação de artefatos de material plástico, sem tratamento de superfície, com impressão gráfica e ou metalização.

## Reunião 28.04.22

A questão foi avaliada pela equipe técnica de licenciamento ambiental de Novo Hamburgo após vistoria na empresa Novobox Industria De Embalagens LTDA (CNPJ 08.355.868/0001-16). A referida empresa ocupa uma área útil maior que 2.000 m<sup>2</sup> e a sua atividade é enquadrada no CODRAM 1721,10. Entretanto, a equipe técnica entende que essa atividade não gera impactos que justifiquem o licenciamento estadual. Sendo assim, pedimos por gentileza que o caso seja levado para análise do Conselho Estadual de Meio Ambiente com vistas a uma possível alteração da Resolução CONSEMA nº 372/2018.